

# ***Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil***

---

*João Fragoso*

O presente artigo, *grosso modo*, divide-se em duas partes. A primeira faz um rápido balanço da recente pesquisa em história econômica. A segunda parte dos índices de concentração de renda em 1999 para discutir a recorrência desse fenômeno na história brasileira. Principalmente, sugiro a hipótese de que, ao longo da história da sociedade brasileira, observou-se a contínua *criação e recriação* de mecanismos que se traduziram na *exclusão social*. Considero, portanto, que em meio aos séculos de escravidão, a América portuguesa presenciou diferentes cenários de hierarquias sociais e formas econômicas e que, apesar disso, a concentração de renda persistiu. Nessa altura do texto, procuro caracterizar tais cenários e “especular” sobre a contínua recriação da exclusão.

## ***1. A história econômica nos últimos anos: um rápido balanço***

Há quase dez anos, eu e Manolo Florentino produzimos um texto sobre o “estado das artes” da história econômica nacional e internacional (Fragoso e

Florentino, 1997: 27-43). Na época, apresentamos um balanço bastante cético sobre os destinos das pesquisas neste campo. A crítica avassaladora, e algumas vezes injusta, feita à história serial francesa, os modismos da historiografia brasileira e, com eles, a redução brutal do número de investigações econômicas feitas nas pós-graduações nos levaram àquele pessimismo. Passados alguns anos, a minha avaliação mudou um pouco.

Com certeza, as críticas à história social e econômica feita na tradição de Labrousse (1933-1955) continuaram. Insiste-se em duvidar das investigações que procuram apreender as regularidades observáveis e, com isso, construir quadros explicativos. Acredita-se, ainda, que essa “decrépita” abordagem deixaria os comportamentos e o acaso, isto é, a experiência social, de fora. Acha-se que, no estudo dos níveis de fortunas e profissões, os conflitos e as negociações não seriam contemplados (Revel, 1998: 17-21). Mas se esquece que a apreensão de tais conflitos e solidariedades como características da vida dos grupos sociais pressupõe o estudo da regularidade daqueles fenômenos. Somente com isso seria possível elaborar teorias, explicar o porquê dos conflitos e do acaso no “cotidiano” dos grupos sociais.

Portanto, o refluxo, internacional e brasileiro, da pesquisa econômica permanece. Chega-se a perguntar sobre a utilidade de uma história serial (Grenier, 1998: 181-92) nos dias atuais.

Com certeza, várias das críticas feitas, em particular pela micro-história italiana, tinham base e influenciaram positivamente a história econômica brasileira. Isso é particularmente correto para aquelas críticas que sublinhavam que não se tratava de jogar ao mar os métodos e técnicas propostos por Labrousse e companhia, mas sim de constatar o perigo que representava o uso exclusivo de séries estatísticas: elas podiam resultar em uma “história social desprovida de carne e de sangue” (Ginzburg, 1991: 171). Parece-me que a renovação das investigações econômicas não consiste em menosprezar os trabalhos, como os de P. Vilar e de P. Goubert, que utilizaram séries econômicas e demográficas procurando apreender o processo social. Isso no mínimo seria um absurdo, pois não há como negar a importância de tais trabalhos para a historiografia internacional. Deles, por exemplo, valeu-se Darnton (1986: 21-121) em seus estudos sobre cultura popular.

Acredito que as críticas mais sérias procuraram enfatizar aspectos que, de fato, estavam em segundo plano nos antigos e bons trabalhos dos *Annales*, como a interferência das relações de parentesco e de vizinhança sobre os preços retirados dos arquivos cartoriais. Neste sentido, a micro-história italiana tem muito a dizer para os pesquisadores da economia. Partindo de procedimentos retirados da antropologia e da política, ela propõe uma maior atenção para o cotidiano das pessoas que viveram os fenômenos ditos econômicos. Na verdade, tra-

ta-se de perceber esses fenômenos em meio à sociedade que os gerou; um dos “segredos” para alcançar tal resultado seria acompanhar os agentes sociais, mediante seus nomes, nas diferentes relações que compartilhavam.

A partir de tal técnica, por exemplo, Giovanni Levi (1989: 97-138) pôde demonstrar que os preços em Santena, no século XVII, reproduzidos pelos cartórios da região, não eram determinados pela oferta e procura, e sim pela natureza das relações sociais entre vendedores e compradores fora do mercado. Ou seja, uma mesma terra tinha um preço para os parentes, outro para os vizinhos e um terceiro para os desconhecidos. Os alcances dessas constatações para economias pré-industriais, obviamente, foram vários.

O uso ingênuo de séries de preços, impostos etc. pode criar um cenário completamente equivocado, uma ficção literária. Em realidade, nas sociedades pré-industriais o alcance de um mercado auto-regulado, ou se preferirem capitalista, era limitado, já que a dinâmica dos negócios dependia de relações de “fora” da economia, como as parentais, políticas etc. Elas, sim, influenciavam decisivamente a vida material da época. Com isso, na abordagem da economia do Antigo Regime e inclusive da América portuguesa colonial, passou-se a ter mais atenção para autores como Marcel Mauss (1994) e Karl Polanyi (1980), para noções como reciprocidades e economia do dom. Por conseguinte, mediante uma “nova abordagem” metodológica, chega-se a uma reinterpretação teórica das sociedades/economias do Antigo Regime.

Da mesma forma, começam a adquirir maior expressão na história econômica os estudos sobre qualidade de vida e cultura do mercado. No âmbito internacional, tais preocupações se traduziram em coletâneas publicadas no ano de 1993, como as editadas por John Brewer e Roy Porter (1993) e por Thomas L. Haskell e Richard F. Teichgraber III (1993). Em 1994, no Congresso de História Econômica realizado em Milão, foram apresentadas comunicações sobre estilo e qualidade de vida, depois editadas por Anton J. Schuurman e Lorena S. Walsh (1994). Entre essas comunicações, encontramos os trabalhos que procuram comparar o nível de consumo entre a Inglaterra e suas colônias na América do Norte. Uma das novidades dessa abordagem foi a preocupação em analisar não somente o mercado como *locus* da produção ou das trocas, mas também o seu significado para a qualidade de vida dos diferentes grupos sociais. Para uma crítica a alguns desses trabalhos, ver Levi (1998: 209 e 212).

Esses estudos tornam-se mais profícuos, como sublinha Giovanni Levi, quando se considera que os padrões de consumo não seriam apenas meros reflexos das relações de produção e, muito menos, decorrentes de um modelo único de consumo. Ao contrário, deve-se entender que nas sociedades do Antigo Regime os grupos sociais, além de seus traços “econômicos”, caracterizavam-se por culturas e estratégias de existência diferentes. Seria tolice, por exemplo, pensar

que o consumo burguês tinha como modelo o aristocrático, ou que o do mendigo se inspirava no do assalariado. Adotar essa última abordagem seria retirar de tais grupos suas experiências sociais e visões de mundo particulares.

Deste modo, tais investigações nas comunidades pré-industriais contribuem para diferentes temas. Elas ajudam, por exemplo, a entender melhor a mobilidade social em sociedades pré-industriais. No Antigo Regime, em que prevalecia uma hierarquia estamental e as mudanças eram lentas, a riqueza material estava subordinada à *qualidade* social e política, às formas de pertencimento cultural e étnico. Fenômenos que, por seu turno, se traduziam em tradições familiares e maneiras de solidariedade. Assim, para essas sociedades, o estudo da mobilidade social, além das análises de faixas de fortuna, passa por outros itens, como estilo de vida e culturas diferenciadas. Em outras palavras, nessas comunidades as famílias podiam enriquecer, porém, às vezes, mantinham seu estilo de existência, porque continuavam a compartilhar os parâmetros culturais de seu grupo de origem.

Da mesma forma, essas novas abordagens ajudam a entender melhor as estratégias sociais de uma família ao longo de sua vida e, em particular, suas opções entre o consumo e a “poupança” ou, ainda, seus gastos diferenciados (ou não) na formação de filhos e filhas. Enfim, tais pesquisas auxiliam, também, na análise da passagem de patrimônios de uma geração para outra (Levi, 1998: 204 e 225).

Uma nova mudança na historiografia internacional, que começa a ser sentida nas pesquisas de história econômica no Brasil, diz respeito à história das sociedades coloniais e dos impérios modernos (séculos XVI ao XVIII). Algo que nos é particularmente sensível, em função de nosso passado colonial. Desde há certo tempo, parece-me, ficou claro para a historiografia nacional que a América portuguesa não se resumia a uma grande *plantation*, cujo destino era satisfazer um capitalismo nascente na Europa.

As novas direções assumidas pelos trabalhos em história econômica produzidos por diversos programas de pós-graduação tendem cada vez mais a desmistificar antigas teses.<sup>1</sup> Hoje se tem uma idéia mais refinada do Oitocentos e dos séculos anteriores. Muito dessa virada é tributária de estudos feitos décadas atrás, entre os quais os de Maria Yedda L. Linhares (1979 e 1980) sobre mercados internos e produções fora da *plantation*.

Há algum tempo, historiadores profissionais dos impérios e sociedades coloniais, como Stern (1988), Wesseling (1991) e Garavaglia (1991), demonstravam o perigo de se investigar tais assuntos sob a ótica da “teoria da dependência”.

Entretanto, o que me interessa sublinhar é que essas novas formas de ver o Ultramar foram acompanhadas por mudanças na própria historiografia inter-

nacional sobre temas clássicos da Europa dos séculos XVII e XVIII, como o Estado e a Revolução Industrial. Nessa revisão, Ch. Tilly (1990), Antônio Hespanha (1994) e Pujol (1991) apresentaram seus receios de rotular o Estado da Europa moderna de “simplesmente” Absolutista. Da mesma forma que Patrick O’Brien (1982), ao analisar a revolução industrial inglesa, afirmava que a contribuição das chamadas periferias (particularmente, as colônias) foi marginal no desencadear daquela revolução. Ou, ainda, F. Mendels (1982), que, tendo como objeto a industrialização em áreas do Noroeste e do Centro da Europa, destacava o papel da proto-industrialização e dos mercados regionais. Uma das consequências dessas novas abordagens foi a de solapar os marcos teóricos que, até então, serviam de anteparo para a análise das relações colônia-metrópole, a exemplo das noções de Economia Mundo – forjada por F. Braudel (1979) –, e de Sistema Mundial Capitalista – de I. Wallerstein (s.d.). Apesar de suas diferenças, tais quadros tinham em comum a leitura das colônias, em especial as ibéricas, como áreas periféricas a serviço de um “capitalismo” europeu.

Os efeitos daquelas revisões de temas clássicos da Europa do Antigo Regime sobre as leituras do mundo colonial ficam mais evidentes quando atentamos para alguns pontos: no interior das próprias sociedades européias do “Absolutismo”, a Monarquia não exercia uma autoridade plena e, portanto, as relações entre o poder central e as elites locais/regionais tinham que ser *negociadas*; de igual forma, as transformações econômicas vividas pela Europa da época – segundo O’Brien<sup>2</sup> e Mendels, e cada um à sua maneira – tinham nos seus mercados domésticos e intracontinentais eixos vitais.

Diante de tal quadro, as consequências interpretativas sobre as sociedades ultramarinas foram inevitáveis. As relações colônia-metrópole passaram a ser percebidas como resultado de negociações, posto que entre elas deviam existir canais de entendimento e não simplesmente de subordinação, como pretendiam os velhos quadros explicativos. Na verdade, teríamos o que foi denominado por J. Greene (1994) de *autoridades negociadas*. De igual modo, superado o pano de fundo teórico inflexível do mercantilismo, as possibilidades de compreender de maneira mais refinada as sociedades do Novo Mundo (com suas acumulações endógenas, produções voltadas para os mercados coloniais e suas elites) tornaram-se mais plausíveis.

Um outro lado da queda daqueles antigos paradigmas é a necessidade de construção de novos quadros teóricos para o entendimento das relações entre a Europa e o Ultramar. Não há como negar a existência de circuitos econômicos, políticos, demográficos etc. entre ambos. Talvez a construção de marcos interpretativos para a apreensão das relações entre Europa e Ultramar, considerando-se aquelas novas tendências historiográficas, seja um dos principais desafios para os historiadores dos impérios e sociedades coloniais modernos.

Retornando ao Brasil, os pesquisadores começaram a perceber algo aparentemente óbvio, porém “fantástico” (já que poucos, até então, tinham atentado para isso): a América portuguesa fazia parte do império luso. Ou seja, a Colônia não apenas estava ligada à Europa ou à África, mas também a outras partes do império luso, existindo nesse império redes comerciais e negociantes que ligavam as suas diferentes geografias: o Reino, o Brasil, a África portuguesa e o Estado da Índia. Tais fenômenos, entre outros, criaram mercados e negociantes imperiais que presenciavam práticas parecidas de acumulação de riquezas, apesar de ligarem diferentes estruturas econômicas e sociais: da sociedade aristocrático-camponesa reinol à *plantation* americana (Fragoso, Gouvêa e Bicalho, 2000; Fragoso, 2000a). Com essa preocupação, no Brasil, de sublinhar as múltiplas ligações do ultramar luso, cabe lembrar o trabalho pioneiro de Amaral Lapa (1968).<sup>3</sup>

Apesar desse rejuvenescimento e profissionalização das pesquisas nacionais,<sup>4</sup> muita coisa está por ser feita. São poucos os trabalhos, ainda, que procuram estudar temas como o chamado pequeno comércio e seus agentes; a mobilidade social dos pardos e forros; os mecanismos de exclusão social, e as elites e suas estratégias de acumulação (políticas de casamento, negócios etc.).<sup>5</sup>

Um dos traços da atual pesquisa é que a sociedade brasileira dita escravista teve uma história e, portanto, presenciou mudanças sociais e econômicas, fato que contribui decisivamente para o entendimento da historicidade dos mecanismos de exclusão social.

## 2. História econômica e exclusão social

### 2.1. Os recentes indicadores da concentração de renda

Mas vamos ao que interessa: para que serve a história econômica? Como ela pode nos ajudar a entender a sociedade brasileira contemporânea?

Em agosto de 1999, sob os auspícios do Ipea, um grupo de economistas e cientistas sociais esteve reunido para discutir a desigualdade e a pobreza no Brasil, tendo por base as últimas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios). Um ano mais tarde, os seus resultados foram publicados em um livro organizado por Henriques (2000). Entre os produtos apresentados, temos a demonstração empírica de alguns fenômenos já intuídos pela sociedade civil: o Brasil não seria um país pobre, sem recursos, e sim um país de pobres, com muitos pobres. Isso significa dizer que a pobreza de 53 milhões de pessoas, ou 34,1% da população do país em 1999/2000, seria decorrente da distribuição da riqueza e não da falta dela (Paes e Barros et al., 2000: 22-5).

A idéia de que o Brasil estaria entre as maiores economias industriais no concerto das nações mais uma vez foi demonstrada. Estimou-se, no referido seminário, que 77% da população mundial possuíam uma renda *per capita* menor

que a do Brasil. Entretanto, apesar desse desempenho econômico invejável, a sociedade brasileira apresentava um dos maiores graus internacionais de concentração de renda e de miséria absoluta (Paes e Barros et al., 2000: 23-6).

Vejamos a evolução na desigualdade de renda, de 1977 a 1999. Para tanto, comecemos pelo coeficiente de Gini, que mede numa variação de zero a um a distribuição de renda, sendo que a proximidade ao zero significaria igualdade perfeita. Utilizando esse cálculo, observa-se que a distribuição da renda no Brasil tendeu mais para a desigualdade completa. Nos vinte anos, para os quais há dados em 15, o coeficiente foi quase sempre maior do que 0,60; nos cinco restantes ficou em 0,58 ou 0,59. Enfim, o Brasil contemporâneo foi insistentemente cioso de suas desigualdades, possuindo, deste modo, mecanismos para tanto (Paes e Barros et al., 2000: 39-40).

A partir destes números – que mais parecem sair de uma peça macabra – podemos inferir várias observações:

a) A primeira diz respeito às distâncias entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil, comparadas com as existentes em outros países, estes notoriamente miseráveis. Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil detinha um coeficiente de Gini da ordem de 0,59/0,60, enquanto a média latino-americana ficava entre 0,49 e 0,50 e a africana, entre 0,43 e 0,47.

Considerando a relativa alta renda *per capita* brasileira, não é de se espantar que o intervalo entre os mais ricos e os mais pobres no país fosse bem superior ao dos países industrializados, os do chamado Primeiro Mundo. Assim, nos Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra, a renda média de um indivíduo rico (do último décimo da população) era cerca de sete vezes maior que a de um membro dos 40% mais pobres da população. No Brasil, ela chegava a trinta vezes (Paes e Barros et al., 1997: 23).

Porém, é em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>6</sup> que as disparidades brasileiras frente a outros países tornam-se mais patentes. No relatório do PNUD de 1998, entre outros assuntos, compararam-se os 43 países de população superior a vinte milhões de habitantes em 1995. Nesse trabalho, o PIB *per capita* brasileiro era o 16º colocado, com o Brasil passando para o 25º lugar em educação e para a 27ª posição no que tange à longevidade (PNUD et al., 1998: 50-1). No relatório de 1999, a esperança de vida do brasileiro ao nascer era menor que em países como Cazaquistão e Equador, o mesmo ocorrendo com a sua taxa de alfabetização de adultos (PNUD, 1999: 135).

b) A segunda observação aborda a ilusão de se dividir a população brasileira em décimos, para estudar a distribuição de renda no país. No Brasil, tal metodologia definitivamente não seria a mais correta, como constata o economista Ricardo Henriques, do Ipea, em entrevista à revista *Veja* de 12/07/2000. O fato de 1% da população ter uma renda equivalente à da metade dos brasileiros, ou 13,3%

da renda total, demonstra tal afirmação. Ao mesmo tempo, partindo do perfil da hierarquia de rendas no país, dificilmente poderíamos afirmar a existência de um grupo social digno do nome de classe média no Brasil.

Traduzindo essas porcentagens para uma linguagem mais palatável, segundo a última PNAD, uma família cuja renda familiar por cabeça era superior a 643 reais pertencia aos 10% mais ricos do país. Esse resultado dispensa maiores comentários sobre a composição desses “ricos”. Utilizando um outro procedimento, o de classificar as pessoas acima de dez anos de idade ocupadas economicamente por faixa de rendimentos em salários mínimos mensais, os resultados foram ainda mais surpreendentes. Somente 2,2% da população considerada tinham uma renda superior a vinte salários mínimos por mês (IBGE, PNAD, Rendimento, 1999: tab. 7.2), ou seja, ganhavam em 2000 acima de 3.020 reais ou cerca de 1.500 dólares. Com esse rendimento mensal, dificilmente esses “mais ricos” poderiam receber tal *status* em qualquer sociedade com o PIB semelhante ao do Brasil. Considerando a receita familiar total, se o pai e a mãe ganhassem cada um aquela renda mensal, somando, portanto, cerca de três mil dólares, eles poderiam ser vistos no máximo como integrantes da chamada classe média baixa em outra sociedade industrializada que não o Brasil.

c) A terceira trata da persistência, no tempo, do padrão de desigualdade de renda no Brasil. Sabe-se que aqueles índices de concentração de riqueza vêm desde, pelo menos, a década de 1960. Mais do que isso, as taxas de desigualdade ampliaram-se nos últimos quarenta anos, independentemente da conjuntura econômica. Tal fenômeno ocorreu em meio à ampliação da industrialização e a sucessivas mutações políticas (do “populismo” ao retorno da democracia). Aliás, a democracia não conseguiu solucionar a desigualdade de renda; foi na década de 1980 que a pobreza e a concentração de renda adquiriram os maiores índices (Ferreira, 2000:143). Eis aqui o que transforma a elite brasileira, relativamente, em uma das mais ricas frações sociais de todo o mundo – *a enorme capacidade de tornar seu padrão de acumulação e de distribuição de riqueza imune aos humores conjunturais*. Ou melhor, tal elite vive atualmente em uma sociedade que possui mecanismos para preservar a concentração de renda, os quais foram devidamente testados e aprovados pelo tempo (cf. Fragoso e Florentino, 1997: 54).

Diante desse cenário, caberia indagar como a elite nacional percebe tais fenômenos. Conforme pesquisas feitas por Lima e Cheibub (1994) e Reis (1998; 2000), a elite brasileira não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere tais problemas para o Estado e, ainda, acredita que a solução seria o crescimento econômico combinado com maiores investimentos públicos na educação. Por conseguinte, a elite propõe uma fórmula em que a superação daqueles problemas seria feita sem custos para os não-pobres (Reis, 2000: 492-6).

Por fim, esses trabalhos recentes tendem a precisar empiricamente a paisagem econômica e política atual que sustenta a distribuição de renda no país. Porém, cabe observar que a concentração da riqueza e a miséria não são, simplesmente, fenômenos do capitalismo ou por ele não resolvidos. Da mesma maneira, eles não resultam de um passado que poderia, equivocadamente, ser resumido no binômio senhor e escravo.

Afirmar que a sociedade brasileira conviveu, ao longo de sua história, com a exclusão social é afirmar algo que todos já sabem. Cabe, sim, sublinhar que tal fenômeno tem uma trajetória, em que a exclusão foi teimosamente criada, ou recriada, em meio às diversas mudanças vividas pela história brasileira. Sendo mais preciso, *do século XVI ao século XX, a concentração de rendas e a miséria foram (re)criadas por diferentes relações sociais, econômicas e políticas*. Procurarei demonstrar, abaixo, que a exclusão social é resultado de ambientes caracterizados, entre outras coisas, por elites e formas de acumulação diversas historicamente.

## *2.2. A continuação da criação e recriação da exclusão social: exemplos dos séculos XVII e XIX.*

Antes de tudo é necessário desfazer dois mitos. O primeiro, a tentação de resumir a história colonial na oposição senhor *versus* população cativa, e o segundo, a facilidade em sintetizar quatro séculos de história em três traços ditos estruturais: escravidão, grande propriedade e exportação. Usando aquelas características/categorias, se retira da sociedade brasileira a possibilidade de ter vivido mudanças, ou seja, de ter uma história.

Desde, pelo menos, o estudo de Stuart Schwartz (1988) sabe-se que a economia escravista do Recôncavo baiano de princípios do século XIX possuía certas peculiaridades quando comparada com a da Jamaica do Oitocentos. Na Bahia, o número médio de cativos por proprietário era 7,2, e menos de 10% da população cativa viviam em unidades com mais de cem escravos. Na Jamaica, a primeira cifra subia para 25% e a segunda, para a casa de 60% da população de escravos. Esse perfil de distribuição da propriedade de cativos se traduzia na relativamente pequena concentração de escravos por engenho e na sua dispersão entre diversos lavradores. Um senhor de engenho baiano possuía, em média, 65,5 cativos, enquanto o lavrador de cana tinha 10,5 escravos (Schwartz, 1988: 356-76).

Para o Rio de Janeiro, pesquisas sobre o século XVII e XVIII demonstram resultados semelhantes aos da Bahia. Em 1778, o número médio de cativos por engenho era de cerca de quarenta almas, portanto, inferior àquele visto na Bahia (Costa, 1988: 113). Recuando para o século XVII – apesar da existência de plantéis com mais de setenta cativos (Fragoso, 2000a: 54) – parece que o domínio pertencia aos engenhos com menores contingentes de cativos que no Setecentos. Segundo Sampaio, nesse século a produção da cana ficava nas mãos dos lavrado-

res, e a moagem, nas dos senhores de engenho (Sampaio, 2000: 98-9). Por conseguinte, os engenhos não precisavam de grandes contingentes de escravos, já que a plantação da cana era dividida com os lavradores – fenômeno que gera uma redefinição ou refinamento da noção de *plantation* colonial como sinônimo de imensas escravarias para o Rio de Janeiro da época.

Por seu turno, a presença de lavradores de cana com escravarias próximas às dos engenhos não nos permite afirmar a existência de um poderoso grupo intermediário no Rio do Seiscentos. Para tanto, basta reparar que entre 1650 e 1698, a soma dos valores das *fábricas* de açúcar correspondia a mais de dois terços do valor de todas as escrituras negociadas (casas urbanas, terras, escravos etc.) nos cartórios cariocas. Ou ainda que, de 1675 a 1685, o valor agregado dos partidos de cana equivalia a 15% do preço total dos engenhos vendidos (Fragoso, 2001: cap.1).

Visto que a hierarquia social e econômica da Colônia não se resumia no binômio senhor-escravo, vamos ao que importa: a contínua criação e recriação da exclusão social ao longo da história brasileira. Apesar do “domínio” da escravidão por mais de quatro séculos, a América portuguesa viveu transformações e, portanto, vários cenários históricos. Nesses cenários, entre outras relações sociais, teríamos diferentes elites e formas de acumulação e, em cada um desses ambientes, presenciariamos distintos mecanismos que resultaram na exclusão social. Vejamos alguns exemplos retirados da história do Rio de Janeiro.

No século XVII, encontramos uma *nobreza da terra* que, por meio de “expedientes” políticos retirados do Antigo Regime português, adquire a hegemonia sobre a sociedade. Essa nobreza, através da conquista de terras e de homens (*guerras justas*, ou não, contra o “gentio da terra”), do sistema de mercês e domínio da Câmara Municipal, conseguiu se apropriar de parte do excedente de sociedade colonial. Tratava-se de um conjunto de mecanismos de acumulação cuja base era o comando político sobre uma sociedade em formação; esse comando assumia a forma de cargos administrativos nomeados pela Coroa (provedores da fazenda, capitães de fortaleza etc.) e postos na “Câmara Municipal” (Fragoso: 2000a). Na verdade, nesse século, a economia era gerida a partir da política. Algo, portanto, um pouco diferente daquilo que ocorreria no século XIX, dominado pelos comerciantes de grosso trato e/ou capitalistas.

O sistema de mercês consistia numa tradição medieval portuguesa, pela qual a coroa concedia benesses (terras, comendas, cargos militares e civis etc.), recompensando os seus leais vassallos. A posse de tais mercês, particularmente na forma de cargos, representava o exercício do poder sobre a sociedade. Um bom exemplo disso era o cargo de juiz de órfão, responsável pela “arca” para onde ia parte dos bens dos órfãos. Na prática, tal arca gerava uma espécie de poupança social, cujos recursos podiam ser, e eram, emprestados ao mercado. Na segunda

metade do século XVII, esse cofre surgiu como a principal fonte de crédito da Guanabara, sendo isso controlado por tal juiz e seus aliados (Fragoso, 2000a: 61-2 e *passim*).

Quanto às Câmaras, *as melhores famílias da terra*, através das vereanças, podiam interferir nos preços do mercado, como o dos alimentos, açúcar e fretes dos navios, e delegar monopólios sobre bens públicos (açougue público e balança do açúcar) para privilegiados.

Não por acaso, as famílias que ocupavam as cadeiras da Câmara eram as mesmas que descendiam dos conquistadores e recebiam as principais mercês. Tais famílias, portanto, tinham de fato o comando da sociedade colonial em formação (Fragoso, 2000a: *passim*).

Tal quadro gerou um mercado em que os preços não eram determinados apenas pela oferta e procura, mas também por relações sociais localizadas fora dele, como a política e as redes parentais. Elas interferiam, por exemplo, na arrematação dos dízimos e na compra e venda dos engenhos. Entre 1640 e 1698, parentes e/ou integrantes do mesmo grupo político responderam pelo equivalente de 40 a 50% do valor das *fábricas* vendidas em cartório (Fragoso, 2001:cap. 1). A perda de uma fábrica significava prejuízo econômico, mas principalmente perda de poder político.

Em suma, na base desse cenário quem pagava por aqueles privilégios era o público da *República*: os lavradores, artesãos, comerciantes, os senhores de engenho deles alijados etc. Por meio daqueles mecanismos, derivados principalmente da administração da *coisa pública*, foi possível a montagem da economia colonial do Rio e de sua elite. Portanto, a constituição de ambas fora resultado da exclusão social que inaugurou a sociedade colonial do Recôncavo da Guanabara, porém não só dos cativos índios ou africanos, mas também de lavradores e demais grupos acima vistos.

Ao longo do século seguinte, o Rio colonial continuava baseado nas práticas do Antigo Regime. Apesar dessa persistência, a região estava mais intimamente ligada ao império luso e aos circuitos internos produtivos e comerciais da América lusa. Portanto, observa-se a lenta consolidação de um mercado mais regulado pelos preços e, com ele, a hegemonia dos comerciantes de grosso trato sobre a economia, no lugar da velha nobreza da terra.

Assim, o peso da política nos mecanismos de acumulação de riqueza começava a ceder espaço a novas formas de enriquecimento, estas mais ligadas ao trato comercial. Os negociantes transoceânicos, valendo-se de uma realidade econômica pré-industrial – frágil divisão social do trabalho, de liquidez e de circulação mercantil – somada a uma estratificação de fortunas desigual, puderam realizar práticas monopolistas, arrematar impostos da coroa e ascender sobre o crédito. Com isso, eles controlaram setores vitais da economia do Centro-Sul da

América portuguesa, como cerca de um quarto dos cativos desembarcados no porto carioca; 30% do comércio de açúcar para Portugal, e mais de um quinto das compras de trigo. E ainda estavam presentes na diretoria do Banco do Brasil. Como negociantes que agiam no interior do império luso, seus empreendimentos chegavam à África, ao Estado da Índia e ao Reino (Fragoso, 1998).

Quanto à distribuição da riqueza na época, segundo os inventários *post mortem*, temos o seguinte perfil: entre 1797-99 e 1840, de 9 a 14% dos inventariados concentravam entre 61 e 70% dos montes-brutos dos inventários. Em contrapartida, cerca de 45% da população analisada detinham apenas cerca 2,5% da riqueza arrolada (Fragoso, 1998: 309).

Algumas dessas famílias, em princípios do século XIX, converteram suas fortunas mercantis em prédios urbanos e em fazendas escravistas. Ao realizar tal movimento, formaram sistemas agrários exportadores (de açúcar e café) na fronteira, e se tornaram senhores de homens e de terras. Ou o que é o mesmo, “reinventaram” uma hierarquia social profundamente diferenciada. Em particular, originaram uma parcela dos futuros barões do café (Fragoso, 1998). Já em meados do Oitocentos, mais uma vez o perfil da elite mudaria, tornando-se ela mais financeira: dona de bancos e de casas de empréstimos. Apesar de o ano de 1850 ser visto como data mágica de mudanças para a historiografia – a lei de terras, o código comercial e a abolição do tráfico internacional de escravos –, alguns traços da velha economia permaneceriam. Para tanto basta lembrar alguns fenômenos. O cativo teimava em dominar nas *plantations* cafeeiras, agora sinônimos de grandes escravarias. Ao lado disso, as aplicações rentistas, portanto fora da produção, continuavam a valer a pena. Em 1875-76, o total do valor locatário apenas da Corte, para efeito da décima urbana, era de 23:538 contos (MF, 1876: tab. 71). Comparando esse valor com os 176:880 contos de exportações do Brasil na época (IBGE, 1987: 523), nota-se que a soma dos aluguéis do Rio correspondiam a 13,3% de todas as vendas externas do país.

Mesmo um dos sinônimos de modernização, a constituição de sociedades anônimas (SA) tinha seus limites. Os dividendos das SA em 1876-77 – para efeito do imposto sobre indústrias e profissões – fora de menos nove mil contos, portanto, bem menor do que o valor locatário urbano visto acima. Na realidade, grande parte das SA não fora constituída para viabilizar a produção industrial ou agrícola. Conforme Bárbara Levy (1994: 56), entre 1851 e 1865, o valor das SA presentes na Corte se distribuía da seguinte forma: o capital bancário e as companhias de seguro representavam 57,1% do total, enquanto as companhias de transporte, empresas agrícolas e manufaturas juntas representavam apenas cerca de 8,3%. No relatório do Ministério da Agricultura de 1876, voltava-se a listar as SA – essas então criadas ou aquelas cujos estatutos tinham sido modificados em 1875 – e nelas, as manufatureiras continuavam minoritárias (MA, 1876: 8).

Talvez um dos melhores indicadores de mudanças na economia do Oitocentos seja o crescimento das apólices e ações como opções econômicas. Segundo os inventários *post mortem* da Corte, a soma desses dois investimentos, em 1820, era de 1% e, em 1870, passava para 18,6%. Mais do que isso, acompanhando tal movimento, observa-se uma redução relativa das aplicações no capital mercantil em geral: comércio e dívidas ativas. Estas, no mesmo período, diminuíram de 25% para cerca de 19%, sendo que no item ações/apólices destacam-se, em especial, os bancos. Entre 1842 e finais de 1864, foram estabelecidas no país mais ou menos 194 casas de “negócios”, com um fundo nominal estimado em 730:713 contos. Somente em 1864, existiam no Brasil cerca de 17 bancos, cujo capital nominal era algo em redor de 90:000 contos (MA, 1865: tab. 45-6). Por conseguinte, o capital dos bancos, em um ano, correspondia a mais de 10% de todas as casas comerciais do Brasil em 22 anos. É provável que seu crescimento dentro da fragilidade do mercado de ações seja um dos melhores indicadores de que a economia brasileira de metade do Oitocentos não estava parada. Entretanto, deve-se tomar cuidado com conclusões precipitadas.

Apesar de os inventários de 1860-70 indicarem uma queda do capital mercantil em favor de um outro tipo de investimento, eram as apólices públicas da dívida interna, e não as ações, que consistiam na principal opção da época. Tais apólices representavam um dos principais papéis negociados nesse mercado. Seu peso nos investimentos da época pode ser medido quando as comparamos com o comércio externo do país, dito com vocação agroexportadora. Tendo como marco o período 1864-85, nota-se que as apólices da dívida pública passaram de 80:376 para 405:640 contos (Tannuri, 1981: 35), enquanto as exportações, de 131:151 para 274:331 contos (IBGE, 1987: 307). Em outras palavras, no intervalo de 21 anos, as apólices aumentaram mais de quatro vezes e o comércio externo, pouco mais de duas vezes.

Segundo Levy, tal crescimento dos papéis do governo deve-se à combinação de alguns fatores, entre eles a lei de entraves de 1862, que dificultava a formação de sociedades anônimas, e a Guerra do Paraguai.

A lei dos entraves deu um empurrão no investidor para os títulos públicos – letras seguras diante de um mercado com poucas opções –, e a guerra faria o Estado emitir mais apólices para custear as suas despesas bélicas (Levy, 1994: 71-92).

Os números apresentados insinuam que parte da acumulação de riquezas do Brasil era drenada pelos papéis do governo. A isso, junta-se a importância do Banco do Brasil (BB) naquilo que se poderia chamar de sistema bancário do país. Para tanto, basta lembrar que em 1876 estimou-se que os dividendos das SA foram de 8:705 contos, dos quais 2:805 ou um terço estavam no BB (MF, 1876: tab. 60).

Como se sabe, o Banco do Brasil, fundado em 1853, surgiu da incorporação do Banco do Brasil capitaneado por Irineu Evangelista de Souza (futuro visconde de Mauá), e do Comercial do Rio de Janeiro. Cabendo ao Estado o controle sobre o novo BB, por exemplo, era o imperador que indicava o seu presidente e o vice-presidente (Schulz, 1996: 36-7; Carreira, 1980: t. 2, 748), prerrogativa mantida até 1866 (Schulz, 1996: 44). Segundo Levy, a formação dessa nova casa bancária surge como um golpe no setor privado, porém, também, como um dos momentos da consolidação do Estado Nacional, para o qual era fundamental o controle monetário do país. Deste modo, o BB de 1853 nasceu com o monopólio de emissão e circulação monetária em todo o território nacional (Levy, 1994: 63-4), privilégio suspenso alguns anos depois.

Além das apólices públicas e do BB, outra maneira de o Estado interferir no “mercado financeiro” era através das Caixas Econômicas e Monte Socorro. A da Corte foi criada em princípios da década de 1870, a exemplo das localizadas em outras áreas do país, com o objetivo de socorrer as finanças públicas e retirar as “famílias” das “garras da usura” (MF, 1876: 93-4). Em 1876, o saldo das Caixas Econômicas era estimado em cerca de nove mil contos, cabendo à Corte oito mil contos (MF, 1876: tab. 33). O poder de tais instituições pode ser medido por meio da comparação daquele saldo com o de alguns dos principais bancos privados do país. No mesmo ano de 1876, o Banco Rural Hipotecário tinha como “caixa-saldo” cerca de dois mil contos, e o Comercial Industrial, em caixa, mil contos. Definitivamente, a Caixa Econômica do Rio era um dos principais depositários da poupança do Rio (MF, 1876: 106 e 114).

Pelo exposto, o Estado exercia um papel central nos destinos do “mercado financeiro” do Brasil, e isso reforçava ainda mais a natureza do mercado pré-industrial, em que a política tinha um papel decisivo a cumprir na economia. Isso, contudo, não deve ser entendido como indício de subordinação daquela elite empresarial ao Estado ou como sintoma de sua timidez.

Em primeiro lugar, parte da acumulação de riqueza ou poupança do país pertencia aos “nacionais”. Basta lembrar que, em 1876, cerca de dois terços das próprias apólices com juros de 4 a 6% se encontravam com os “nacionais” (MF, 1876: tab. 24). A isso se acrescenta que, entre 1852 e 1880, nunca menos de 75% da moeda manual estavam nas mãos do “público”, ou seja, fora dos bancos, do Estado e de suas agências (IBGE, 1987: 481-3). Mesmo tendo suspeitas sobre a qualidade dessa informação, ela sugere que apesar da interferência do Estado na economia e do crescimento das casas bancárias no crédito, continuavam a persistir outros mecanismos de controle sobre a “poupança nacional”. Entre eles, talvez, os *capitalistas* no sentido *tradicional* do termo, leia-se: os usurários e as companhias seguradoras. Neste sentido, é ilustrativo o comercial publicado no *Almanak Laemmert* de 1870, pela seguradora Integridade: “além das operações de

seguros, empresta dinheiro sob caução de apólices e ações de Bancos” (AL, 1870: 403). Os antigos continuavam a atormentar “os tempos que pretendiam ser novos”.

Em segundo, a presença do Estado no mercado não significou a marginalização da iniciativa privada. O que se percebia era o oposto. A elite empresarial estava bem próxima das agências financeiras do governo, pois parte dela participava das diretorias das últimas e, ao fazer isso, não abandonava seus negócios particulares: as seguradoras e a atividade usurária.

Na verdade, o período trabalhado representa uma época de metamorfose na elite econômica da principal praça do país, onde a fração dos “banqueiros” era, ainda, capitalista no sentido antigo da palavra. O que ajuda a entender melhor o perfil do mercado pré-industrial do Rio de Janeiro da época, resultado da combinação do velho capital mercantil com novas opções de investimentos.

Em outras palavras, se em princípios do século XIX o negociante de grosso trato era, simultaneamente, um sujeito que controlava setores vitais do comércio e da usura, já na segunda metade do Oitocentos o mesmo não ocorria. A “nova” elite econômica concentrava, cada vez mais, suas atividades na “banca”. Ela começava a deixar o grande comércio para outros segmentos do empresariado e procurava se especializar nos empréstimos. Acima do negociante surgia o “financista”, estivesse ele à frente dos bancos, das seguradoras, ainda que continuasse a exercer a usura. Nesse momento, a proximidade desses senhores com as agências econômicas do Estado e a capacidade das últimas para interferir no mercado talvez tenham sido vitais para aquela “nova” elite empresarial.

Antes de tudo, vejamos como tal elite aparecia na estratificação de fortunas da Corte da época. Para tanto, utilizei as listas de qualificação de votantes de 1876. Segundo elas, 45,2% dos eleitores tinham 9,5% da renda anual total da cidade, e apenas 12,3% dos eleitores concentravam mais de 49,3% da renda total (AGCRJ, LQV, 1876).<sup>7</sup> Portanto, como era de se esperar, encontramos um fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Entre os primeiros, contei 266 pessoas, ou 3% do total dos eleitores, dos quais mais de dois terços eram capitalistas, proprietários de imóveis e/ou negociantes. Nesse rol de senhores, temos um seleto grupo de 26 eleitores, ou 0,3% do total, que além de muito ricos (controlavam 3,1% da renda total), possuíam alguns traços em comum: eles estavam presentes em, pelo menos, duas casas bancárias, sendo a principal o BB, e em seguradoras.

Como já foi dito, o Banco do Brasil de 1853 surgiu da união, promovida pelo Estado, de dois grandes bancos. Feito isso, as diretorias das duas casas passariam a gerenciar o novo BB, o que significava controlar a liquidez e o crédito da Corte e, conseqüentemente, do país.<sup>8</sup> Fato que era reforçado por estarem em outras agências tuteladas pelo Estado, como a Caixa Econômica e Monte Socorro do Rio de Janeiro.

Para ilustrar o poder financeiro de tal grupo, basta lembrar o caso de José Antônio de Figueiredo Júnior e de seu filho, o futuro visconde de Figueiredo. Os Figueiredo, nos anos 1870, foram diretores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica e Monte Socorro do Rio de Janeiro. Essas duas instituições movimentaram nos anos de 1875-76 uma soma correspondente a 125 mil contos, o equivalente a 17,4% dos 720 mil contos em papel moeda emitidos em 1876 (IBGE, 1987: 483). Portanto, no período considerado, os Figueiredo tiveram um poder de influência sobre as finanças do país medido por aquela quantia. Indicador que poderia ser aumentado, caso incluíssemos os negócios pessoais da referida família.

A composição dos negócios desse grupo, ou melhor, o predomínio de operações financeiras em suas fortunas fica mais claro quando passamos para os seus inventários *post mortem*. Comparando os investimentos de tal grupo com os negociantes de grosso trato do início do século XIX, nota-se que 80% dos bens desses comerciantes eram aplicados em prédios urbanos e no comércio (Fragoso, 1998: 316). Algo completamente diferente irá ocorrer com João Ignácio Tavares e o conde de Ipanema, capitalistas retirados da listagem de 1876. Ao morrerem, respectivamente em 1875 e 1880, de 40 a 90% das suas fortunas eram constituídas por ações, apólices e moedas (AN, Inventários *post mortem*). Por sua vez, mais do que perceber que tais modificações ocorreram sem grandes mudanças estruturais – afinal, a escravidão continuava, e o trabalho assalariado estava longe de ser predominante – é importante notar que *parte* da nova elite saiu dos velhos negociantes de grosso trato. Isto é, apesar de muitas daquelas famílias “setecentistas” terem abandonado a vida empresarial urbana para se converter em barões do café, outras permaneceram nos altos negócios do país.

Um bom exemplo disso foi a carreira de Manuel Correia de Aguiar. Ele era genro de Francisco Pereira Mesquita que, por sua vez, herdara os negócios de José Pereira Guimarães. Mesquita, no início do século XIX, foi um dos principais negociantes do Rio no comércio com Minas e no tráfico de escravos. Guimarães era visto pelo vice-rei, conde de Rezende, como um dos mais importantes empresários do Centro-Sul em finais do Setecentos. Guimarães e Mesquita, ao morrerem, na década de 1820, tinham o grosso de suas fortunas aplicadas em imóveis urbanos (Fragoso, 1998: 316). Manuel, cerca de quarenta anos depois, tinha uma riqueza constituída basicamente de ações, seguidas por apólices. Ele herdara de seu sogro uma fazenda que logo foi vendida, sendo o dinheiro convertido em apólices do governo (AN: Inventários *post mortem*, 1856).

A conclusão é que algumas famílias de negociantes “setecentistas” que permaneceram na elite empresarial da Corte, em uma ou mais gerações, foram capazes de entender as mudanças dos ventos nas economias brasileira e internacional e, com isso contribuíram para tais modificações.

Para os “recém-chegados”<sup>9</sup> ao mundo dos grandes negócios, o comércio e a usura foram, também, o ponto de partida. Eram homens como João José Reis (visconde de Matozinhos), que, antes de se tornar diretor de casas bancárias, fora comerciante ligado ao abastecimento, à exportação/importação ou a consignações de navios (Graça Filho, 1991; Guimarães, 1997: cap. 2). Neste sentido, como ocorrera em outras economias pré-industriais, o comércio consistiu no eixo da acumulação prévia para as grandes fortunas de financistas.

Fossem descendentes dos “setecentistas” ou não, a elite empresarial da última metade do século XIX partilhava da intimidade política da Monarquia. Muitos daqueles capitalistas eram condes e viscondes, ou seja, tinham o reconhecimento social do Império e da sociedade. Conforme Schulz, a elite financeira tinha contatos próximos com a elite política através do BB; sete dos ministros do Império foram presidentes dessa instituição bancária (Schulz, 1996: 47).

Esses “novos empresários”, por estarem à frente da economia nacional nos últimos anos da escravidão, contribuíram para a transição ao trabalho livre. Ou melhor, contribuíram para a criação ou recriação da exclusão social após 1888. Talvez, por isso, o 13 de maio não tenha representado a falência ou fim do poder de homens como o visconde de Figueiredo ou Francisco de Paula Mayring, pois ambos continuariam banqueiros, com investimentos na indústria (Monteiro, 1985: *passim*).

### *3. Exclusão e estabilidade social*

O que foi dito acima reafirma que o fosso entre os mais ricos e os mais pobres, assim como a inexistência de fortes grupos intermediários de fortunas, não é um fenômeno de finais do século XX. Resta indagar como tais fenômenos se reproduziram em meio a formas de acumulação tão diferentes, como aquelas presenciadas pela América portuguesa entre o Seiscentos e o Oitocentos. Neste tópico, só posso avançar mais algumas hipóteses e sugestões, ou seja, são temas que merecem pesquisas mais apuradas.

Como vimos, no século XVII, no Rio de Janeiro, a economia passava pela política. O domínio dos postos de comando da *República* pela nobreza da terra lhe garantia o controle sobre mecanismos de enriquecimento e a ascendência sobre o mercado. Nesse cenário, as redes de alianças que essa nobreza mantinha com outros grupos sociais eram fundamentais, e tal fenômeno assegurava a sua legitimidade social e, portanto, os seus privilégios. Em contrapartida, o mesmo fenômeno criava reciprocidades entre a elite e aqueles grupos.

Para tanto, basta lembrar algumas práticas, como o fornecimento de serventias de cargos da administração civil e a distribuição de postos milita-

res entre integrantes das clientelas da nobreza da terra. Através desses expedientes, ou mais precisamente, de tais redes de reciprocidades, lavradores e outras categorias sociais adquiriam “dádivas” e benefícios (Fragoso, 2001: cap. 1). Mas, principalmente, ficavam comprometidas com uma hierarquia social marcada pela exclusão.

Algo que merece um estudo mais atento são os vínculos que uniam os índios flecheiros e a elite da época. São vários os relatos de que tais contingentes acompanharam integrantes da nobreza em conflitos armados: fossem estes com outros índios, inimigos europeus ou lutas internas da elite. Provavelmente, tais flecheiros não eram os aldeados ou simplesmente “escravos”. O fato de eles lutarem ao lado da nobreza e/ou de seus bandos indica a presença de reciprocidades entre tais grupos, o que garantia a reprodução de uma determinada estratificação social (Fragoso, 2001: cap. 1).

Passando para os séculos XVIII e XIX, é sabido que o crescimento econômico foi acompanhado pela concentração de renda em poucas mãos. Porém, esses séculos também presenciaram indícios de mobilidade social. Talvez tenhamos aqui uma das chaves para compreender a persistência, pelo menos no Oitocentos, da desigualdade nessa sociedade.

Uma das particularidades da escravidão brasileira diante, por exemplo, da ocorrida ao Sul dos Estados Unidos foi a “contínua” prática de alforria. Caso tomemos as freguesias rurais e urbanas do Rio de Janeiro em 1779, teremos que os negros e pardos representavam 31% de todos os livres (Fragoso e Florentino, 1997: 66). Esse perfil só aumentou ao longo do século XIX. Em Minas Gerais da década de 1830, cerca de 59% da população livre eram constituídos por mestiços, negros e africanos (Paiva, 1996: 211). De acordo com o censo de 1872, metade da população livre de todo o Brasil era formada, em princípios da década de 1870, por negros e pardos.

Percebe-se claramente, através destes dados, que ainda que a escravidão fosse marcada pela exacerbada exclusão social, havia possibilidades concretas de mobilidade de estatuto jurídico (Fragoso e Florentino, 1997: 66-7).

Mas não se tratava apenas de poder passar da condição de cativo à de livre. No Brasil, os mecanismos de mobilidade pressupunham que um descendente de escravo pudesse se transformar em proprietário, inclusive de outros seres humanos. Daí, em algumas localidades baianas em fins do século XVIII, os pretos e pardos livres representarem entre 20% e metade dos proprietários. Não se trata, em absoluto, de uma situação específica da Bahia, pois isso pode ser detectado em outras áreas e em tipos distintos de estruturas produtivas. Em certas localidades do vale do Paraíba paulista, em 1797-98, os mesmos grupos constituíam de 0,2% a 9,8% dos proprietários; trinta anos depois, eram de 2,1% a 14,3% (Costa, 1992: 53-4).

Em outro trabalho, demonstrei com Manolo Florentino que a economia escravista brasileira apresentava traços que favoreciam essa mobilidade. Destacávamos o baixo preço relativo, tanto da mão-de-obra escrava, quanto das terras (Fragoso e Florentino, 2001). Trata-se de uma mobilidade com limites claros, inclusive em função do alto nível de concentração da riqueza, já demonstrado. Não surpreende, pois, que em Campinas (SP), em 1829, 8,6% dos proprietários de um a nove escravos fossem negros e pardos – cifra que chegava a 3,6% dos proprietários de dez a 19 escravos – e que nenhum dos possuidores de mais de vinte cativos deixasse de ser branco (Slenes, 1997: 247-8).

Um dos documentos que melhor poderia ilustrar os diferentes graus de mobilidade social daqueles grupos são os passaportes dados pela Intendência da Polícia, nos anos 1820 e 1830 (Fragoso e Ferreira, 2000). Vejamos um desses passaportes como ilustração:

Em 1831, Joaquim José Pereira, *homem pardo*, era morador da Corte, mestre pedreiro, casado e com filhos. Na descrição de sua “mulher”, constava somente a altura e o formato do rosto. Ou seja, ela não tinha “cor”, fenômeno que insinua que Joaquim tinha-se casado, aos olhos do escrivão da Intendência e talvez da sociedade, com uma mulher de um patamar social acima do seu. Entretanto, ele possuía outras características que sugerem a sua posição social e econômica, quais sejam: ele era mestre, o que significa que se encontrava no topo de seu ofício; possuía cinco escravos, revelando portanto relativa riqueza, e, por último, fora reconhecido por um proprietário de bens de raiz na cidade, o que indica, segundo os critérios da época, que freqüentava um círculo de pessoas de posses (AN, Cód. 425, v. 4, p. rasurada, 27/07/1831). O próximo passo para Joaquim Pereira, ou mais provavelmente para seus descendentes, seria perder também a “cor”.

Por conseguinte, tal passaporte confirma o cenário desenhado, qual seja, a possibilidade de mobilidade social em meio a uma hierarquia social e econômica tão ciosa de suas desigualdades, como a escravista do Oitocentos. Mais interessante do que isso é a constatação de que tal ascensão social reproduzia aquela hierarquia perversa. Joaquim José Pereira era resultado de algumas façanhas a princípio notáveis no tipo de sociedade considerada. Ele era descendente de cativos – ou mesmo, antigo escravo – que tinham conseguido a liberdade. Ou seja, ele mudou de estatuto jurídico e ingressou no mundo dos livres, ainda que na condição de “pardo”. A isso se acrescenta a sua mobilidade socioprofissional. Em 1831, a Corte não era um grande centro universitário formador de arquitetos e engenheiros, do que se infere a importância do ofício de mestre pedreiro. Pois bem, Joaquim Pereira, mesmo pardo, tinha galgado aquela posição socioprofissional e, mesmo, a riqueza a ela equivalente. Nesse momento, Joaquim, após ter atravessado algumas barreiras sociais, tinha-se transformado em um pequeno

senhor de escravos e, como tal, provavelmente, passara a compartilhar os valores da sociedade escravista e de suas diferenças (cf. Fragoso e Florentino, 2001). Resumindo, Joaquim Pardo passava a ser um dos agentes da reprodução ou contínua reinvenção do fosso entre os mais ricos e os mais pobres.

Em suma, na escravidão existia a possibilidade não muito remota de um cativo transformar-se em livre. Quem sabe, por isso mesmo, os revolucionários pernambucanos de 1817 propuseram apenas a emancipação gradual do cativo. Da mesma forma, no decorrer da Regência, à exceção da Revolta dos Malês de 1835, nenhum dos levantes ocorridos – Farrapos, Cabanagem e Balaiada –, alguns dos quais com grande participação de escravos, de ex-cativos e de camadas livres pobres, reivindicou a eliminação da escravidão (Carvalho, 1988: 51).

#### *4. Conclusão: a exclusão social como compromisso da sociedade e pesadelo*

No século XX, em particular no pós-guerra, o contínuo crescimento da economia pôde sustentar a crença, implícita nos estratos pobres da população brasileira, de que todos e cada um poderiam se beneficiar com a expansão do capitalismo (Reis, 1998: 221).

Um dos resultados de tal fenômeno foi um certo *compromisso* de diferentes setores da sociedade com a desigualdade e um pesadelo para outros. Com certeza tais fenômenos possuem uma história, ou várias. Afinal, um dos elementos fundadores da sociedade colonial foi a exclusão da maior parte da população da riqueza social em formação.

Mais importante do que constatar a permanência das fortes desigualdades sociais ao longo de quinhentos anos de Brasil é compreender que, nesses séculos, a sociedade brasileira viveu mudanças (em suas relações sociais, nas formas de acumulação, no perfil de suas elites etc.), porém o fosso entre os mais ricos e os mais pobres permaneceu. Cabe, portanto, ao historiador, estudar os diferentes mecanismos – econômicos, culturais etc. – que resultaram nesse fosso. E nisso a pesquisa econômica teria um papel decisivo, com suas séries de preços e faixas de fortuna.

Evidentemente, no início do século XXI, não se acredita mais na magia dos números e sabe-se que as hierarquias de fortunas eram formadas por diferentes grupos de pessoas, portadoras de estratégias de sobrevivência e culturas próprias. É provável que, assim encaradas, tais hierarquias sejam reformuladas e os estratos sociais, melhor conhecidos. Com isso, é possível que se consiga entender melhor a repetição daquele “compromisso” (ou “pesadelo”) com a exclusão, que acompanha a vida da América portuguesa.

## *Notas*

---

1. Os estudos de doutorado de Clotilde Paiva (1996), Alencastro Graça Filho (1998) e Helen Osório (1999) demonstraram a complexidade da economia da América portuguesa na passagem do século XVIII para o XIX. Conforme essas pesquisas, em diferentes pontos do Centro-Sul, como em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, existiam grupos empresariais locais, acumulações endógenas e circuitos intra-regionais de comércio interno, alguns dos quais de envergadura Atlântica. Outros comprovam que mesmo nas capitânicas/províncias ditas de *plantation* havia áreas voltadas para o abastecimento de alimentos. Assim como muitas das regiões agroexportadoras foram precedidas por atividades desvinculadas do mercado externo (cf. Faria, 1998).

2. O'Brien, em artigos posteriores ao de 1982, iria dar importância maior aos mercados coloniais, porém sua tese principal, da proeminência do mercado doméstico nos primeiros tempos da industrialização inglesa, permaneceria. Segundo o autor, a chamada americanização do comércio externo inglês, entre 1772 e 1820, deve-se, além de outros motivos, às guerras no Velho Mundo. Entre 1814 e 1873, as exportações para a Europa cresceriam mais rapidamente do que para a América e o Caribe (O'Brien e Engerman, 1991). Para um resumo recente do debate sobre a industrialização europeia, em que se destaca o papel dos fluxos comerciais no interior da Europa, ver Pedreira (1994).

3. Os estudos de Russell-Wood (1998 e 2000), Antônio Carlos Jucá de Sampaio (2000), Roquinaldo Ferreira (2001) e Luís Frederico Antunes (2001) vão nessa direção. É importante notar que estes

dois últimos autores não partem do Brasil, e sim, respectivamente, de Angola e Goa. Como exemplo, no âmbito internacional, dos novos caminhos da história dos impérios, no caso britânico, ver Hancock (1996) e Bowen (1996).

4. Para isso contribuiu muito a consolidação de grupos de trabalho, como o coordenado por Douglas Libby, da UFMG; o Núcleo de Estudos em Demografia, que combina pesquisas demográficas com as de economia, encabeçado entre outros por José Flávio Motta, da FEA/USP; o Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, coordenado por Ana Lugão, da UFRJ, e o centro de estudos coordenado pelos professores Magnus Pedreira, Maria Andreaza e Antonio C. Santos, da Universidade Federal do Paraná. Ao lado desses programas, o Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipeca), presidido por Roberto Borges Martins, vem incentivando, em várias partes do país, a formação de grupos de pesquisadores.

5. Entre os trabalhos atuais com essas preocupações citaria, como exemplo, o de Sheila C. Faria (2000) sobre as estratégias de enriquecimento das negras forras de Minas Gerais, e os de Dora I. da Costa (1997) e Carlos Bacellar (1997), que apresentaram novas interpretações sobre sistemas de herança e mecanismos de transmissão de riquezas entre gerações em uma sociedade escravista (capitania/província de São Paulo, séculos XVIII e XIX).

6. Há dez anos o United Nations Development Programme (PNUD) publica relatórios que avaliam as condições de vida de vários países. Sua

base principal é o IDH, que expressa o grau de desenvolvimento social a partir de três variáveis (renda *per capita*, longevidade e acesso à educação).

Para a análise das mudanças recentes nesse índice, ver PNUD (1999).

7. Nessa fonte, o universo investigado foi de 9.219 pessoas, o que correspondia a mais de 20% da população adulta estimada da cidade, conforme o censo de 1872.

8. Segundo Guimarães (1997: cap. 2-3), na fundação do novo BB houve atritos entre os grupos de capitalistas ligados a Mauá e ao Comercial do Rio de Janeiro por esse privilégio, porém o tempo iria dirimi-los (Fragoso, 2001b: cap. 3).

9. Entende-se por “recém-chegados” os grandes empresários da segunda metade do século XIX que não eram descendentes dos maiores negociantes do Rio de princípios do século.

## Referências bibliográficas

### *Fontes primárias*

ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (ACRJ). Listas de Qualificação de Eleitores do Rio de Janeiro (LQE) para o ano de 1876.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Lisboa (Portugal). Rio de Janeiro, CA. Coleção Castro Almeida; AV. Avulsos; Angola.

ARQUIVO NACIONAL (AN), Rio de Janeiro (Brasil). Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro; 1650-1700; Intendência da Polícia da Corte; Inventários *post-mortem*.

Relatórios dos Ministérios da Fazenda (MF) e da Agricultura (MA), e Almanak Laemmert do Rio de Janeiro (AL), 1850-1880 ([www.crl.uchicago.edu](http://www.crl.uchicago.edu)).

### *Fontes secundárias*

ANTUNES, Luís F. D. 2001. “Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820)”, em FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. & BICALHO, Maria Fernanda B. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. cap. 12.

BACELLAR, Carlos de A. P. 1997. *Os senhores da Terra*. Campinas, Centro de Memória/Unicamp.

BOWEN, H. V. 1996. *Elites, enterprise and the making of the British overseas empire, 1688-1775*. Londres, Macmillan Press.

BRAUDEL, Fernand. [ed. francesa 1979]. *O tempo do mundo: civilização material e capitalismo*, v. 3. Lisboa, Teorema.

BREWER, John e PORTER, Roy (eds.). 1993. *Consumption and the word of goods*. Londres/Nova York, Routledge.

CARREIRA, Liberato de C. 1980 [1889]. *História financeira e orçamentária do Brasil*, tomos I e II. 2ª ed. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.

CARVALHO, José M. 1988. *O teatro das sombras*. Rio de Janeiro, Vértice/Luperj.

COSTA, Dora. 1997. “Herança e família: Campinas, São Paulo (1795-1850)”. Niterói, UFF, PPGHS (tese de doutorado).

COSTA, Iraci N. da. 1988. “Notas sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 28.

- . 1992. *Arraia miúda*. São Paulo, MGSP.
- DARNTON, Robert. 1986. “Histórias que os camponeses contam”, em *O grande massacre de gatos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal.
- DOMINIQUE, Julia. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV.
- FARIA, Sheila C. 1998. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- . 2000. “Mulheres forras: riqueza e estigma social”. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9.
- FERREIRA, Francisco. 2000. “Os determinantes de desigualdade de renda no Brasil”, em HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea.
- FERREIRA, Roquinaldo. 2001. “Dinâmica do comércio intra-colonial: geribitas, panos asiáticos e as conexões econômicas do império português”, em FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. & BICALHO, Maria Fernanda B. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. cap. 11.
- FLORENTINO, Manolo. 1997. *Em Costas Negras*. 2ª ed. São Paulo, Cia. das Letras.
- FRAGOSO, João. 1998 [1992]. *Homens de grossa aventura: 1790-1830*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- . 1999. “Desigualdade como pecado original”. *Inteligência*, ano 2, n. 9, nov. 1999/abr. 2000.
- . 2000. “Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial”. *Locus. Revista de História*, Juiz de Fora, NHR/UFJF, v. 6, n. 10.
- . 2000a. “A nobreza da República; notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro”. *Topoi. Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ/7 Letras, n. 1.
- . 2001a. “A noção de economia colonial tardia e as conexões econômicas do império português: 1790-1830”, em \_\_\_\_\_; GOUVÊA, Maria de Fátima S. & BICALHO, Maria Fernanda B. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. cap. 10.
- . 2001b. “Empresários e fazendeiros nas últimas décadas da escravidão: a praça mercantil do Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba Fluminense, 1850 -1888”. Relatório de pesquisa ao CNPq.
- . No prelo. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e da sua primeira elite senhorial”, em \_\_\_\_\_; GOUVÊA, Maria de Fátima S. & BICALHO, Maria Fernanda B. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. cap. 1.
- & FERREIRA, Roberto G. 2000. “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada, despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833”. Seminário de História Quantitativa, UFOP.
- & FLORENTINO, Manolo. 1997. “História econômica”, em CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Campus.
- & FLORENTINO, Manolo. 2001. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ; GOUVÊA, Maria de Fátima S. & BICALHO, Maria Fernanda B. 2000. “Uma leitura do Brasil: base da materialidade e da governabilidade no

- Império". *Penélope*, Lisboa, Celta, n. 23.
- GARAVAGLIA, Juan. 1991. "El mercado interno colonial a fines del siglo XVIII: Mexico y el Peru", em BONILLA, Heraclio (org.). *El sistema colonial en la America Española*. Barcelona, Critica. p. 218-38.
- GINZBURG, Carlo. 1991. "O nome e o como", em *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel.
- GRAÇA FILHO, Afonso. 1991. "Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)". Rio de Janeiro, UFRJ, PPGHS (dissertação de mestrado).
- . 1998. "A princesa do oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João Del Rei (1830-1888)". Rio de Janeiro, UFRJ, PPGHS (tese de doutorado).
- GREENE, Jack. 1994. *Negotiated authorities. Essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville e Londres, University Press of Virginia.
- GRENIER, Jean-Louis. 1998. "A história quantitativa é necessária?", em BOUTIER, Jeann & DOMINIQUE, Julia. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV.
- GULMARÃES, Carlos G. 1997. "Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá. MacGregor & Cia. (1854-1866)". São Paulo, USP, FFLCH (tese de doutorado).
- HANCOK, David. 1996. *Citizens of the world. London merchants and the integration of the British Atlantic community, 1735-1785*. Cambridge University Press.
- HASKELL, Thomas L. & TEICHEGRAEBER III, Richard F. (eds.). 1993. *The culture of the market*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HENRIQUES, Ricardo (org.). 2000. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea.
- IBGE. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1987. *Série Estatísticas Históricas*. Rio de Janeiro, IBGE.
- LABROUSSE, Ernest. 1933. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus*. Paris.
- . 1955. "Voies nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIIIe. et XIXe. siècles (1700-1850)", X Congresso Internazionale di Scienze Storiche.
- LAPA, José R. do A. 1968. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo, Nacional.
- LEVI, Giovanni. 1989. *Le pouvoir au village*. Paris, Gallimard.
- . 1998. "Comportamentos, recursos, processos antes da 'revolução' do consumo", em REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro, FGV.
- LEVY, Maria B. 1994. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro, UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.
- LIMA, Maria R. S. & CHEIBUB, Zairo B. 1994. *Elites estratégicas e dilemas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Corij. Universitário Cândido Mendes.
- LINHARES, Maria Y. L. 1979. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília, Binagri.
- & SILVA, Francisco C. T. da. 1980. *História da agricultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- MAUSS, Marcel. 1994 [ed. francesa 1950]. "Ensaio sobre a dádiva", em *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Epu/Edusp, v. 2.

- MENDELS, F. 1982. "Proto-industrialization: theory and reality", em *Eighth International Economic History Congress*, Budapest, Akademiai Kiado. p. 69-107.
- MONTEIRO, Maria. 1985. "Empreendedores e investimentos na indústria têxtil no Rio de Janeiro, 1878-1895". Niterói, UFF, PPGHS (dissertação de mestrado).
- O'BRIEN, Patrick. 1982. "European economic development: the contribution of the periphery". *Economic History Review*, v. 35, n. 1.
- & ENGERMAN, S. L. 1991. "Export and the growth of the British economy from the Glorious Revolution to the Peace of Amiens", em SOLOW, B. & ENGERMAN, S. (eds.). *Slavery and the rise of the atlantic system*. Cambridge.
- OSÓRIO, Helen. 1999. "Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822". Niterói, UFF, PGHS (tese de doutorado).
- PAES e BARROS, Ricardo et al. 1997. "Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais". *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, Ipea, n. 454.
- ; HENRIQUES, Ricardo & MENDONÇA, Rosane. 2000. "A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil", em HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea.
- PAIVA, Clotilde. 1996. "População e economia nas Minas Gerais do século XIX". São Paulo, USP, FFLCH (tese de doutorado).
- PEDREIRA, Jorge. 1994. *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa, Difel.
- POLANYI, Karl. 1980 [ed. inglesa 1944]. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al. 1998. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília, PNUD.
- . 1999. *Relatório do desenvolvimento humano*. Lisboa, PNUD.
- PUJOL, Gil Xavier. 1991. "Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII". *Penélope*, Lisboa, n. 6. p. 119-42.
- REIS, Elisa P. 1998. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro, Contra-Capa.
- . 2000. "Percepções da elite sobre a pobreza e desigualdade", em HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea.
- REVEL, Jacques. 1998. "Micro-análise e construção do social", em REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro, FGV.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. 1998. "Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36.
- . 2000. "A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente, séculos XVI-XIX". Salvador (mimeo).
- SAMPAIO, Antônio C. J. de. 2000. "Na curva do tempo, na encruzilhada do império. Hierarquização social e estratégias de classe: a produção da exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650 - c. 1750)". Niterói, UFF, PGHS (tese de doutorado).
- SCHULZ, John. 1996. *A crise financeira da abolição*. São Paulo, EdUSP.

- SCHUURMAN, Anton J. & WALSH, Lorena S. (eds.). 1994. *Material culture: consumption, life-style, standard of living, 1500-1900. Eleventh International Economic*. Milão, Università de Bolonha.
- SCHWARTZ, Stuart. 1988. *Segredos internos*. São Paulo, Cia. das Letras/CNPq.
- SLENES, Robert W. 1997. "Senhores e subalternos no Oeste paulista", em ALENCASTRO, Luiz F. (org.). *História da vida privada*, v. 2. São Paulo, Cia. das Letras.
- STERN, J. Steve. 1988. "Feudalism, capitalism and the world-system in the perspective of Latin America and the Caribbean". *American Historical Review*, v. 88, n. 43.
- TANNURI, Luiz A. 1981. *O encilhamento*. São Paulo, Hucitec; Campinas, Funcamp.
- TILLY, Charles. 1991. *Coercion, capital and European states*. Cambridge, Massachusetts.
- WALLERSTEIN, Immanuel. s.d. *O sistema mundial moderno*, v. 1. Porto, Afrontamento.
- WESSELING, Henk. 1991 [ed. inglesa 1990]. "História do além-mar", em BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo, Unesp. p. 97-131.
- (Recebido para publicação em agosto de 2001)